

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: PRÁTICAS DO/NO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

GENDER VIOLENCE: PRACTICES OF/IN THE PHYSICAL EDUCATION DEGREE CURRICULUM AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF ACRE

*Adriane Corrêa da SILVA¹
Anderson Pereira EVANGELISTA²
Luciana Zardo PADOVANI³*

RESUMO: O presente artigo possui a temática da violência de gênero nas universidades brasileiras, que vem ganhando espaço nas discussões e publicações científicas. Tendo a Universidade Federal do Acre e, mais especificamente, o curso de Licenciatura em Educação Física como contexto de produção, o objetivo deste estudo é propiciar maior visibilidade ao assunto, analisando o contingente discursivo de base documental e de experiências, o qual compreende os seguintes desdobramentos para violência de gênero - violência física, psicológica, sexual e qualquer tipo de discriminação sociocultural. Como subsídio para as análises, optamos pelo estudo de caso, por se tratar de uma questão emergente na contemporaneidade. Sendo assim, após o contato com os textos acessados (Projeto Político Pedagógico de Curso de Licenciatura em Educação Física e registros/ocorrências), notamos um silenciamento concernente à violência de gênero. Tal constatação nos leva a presumir que, na instituição em questão, há a efetivação da naturalização dos discursos heteronormativos da sociedade patriarcal. Isso devido ao processo de apagamento das diferenças de gênero e sexualidades no curso de Licenciatura em Educação Física, demonstrado na ausência de estranhamento nos

¹ Doutoranda no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc/SC); Integrante do Grupo de Pesquisa ITINERA - Ufsc. Professora Adjunta da Universidade Federal do Acre (Ufac/AC) do Centro de Ciências da Saúde e do Desporto; Líder do Grupo de Pesquisa LEPEF-EdSaLa - Link de acesso: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3131273318150860. E-mail: adriane.acs@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4994-227X>.

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (PPGE/UFAC). Integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Educação, Saúde e Lazer-(LEPEF-EdSaLa) - Link de acesso: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3131273318150860. E-mail: andersonangelista@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0436-4357>.

³ Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande (Furg/RS). Integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Educação, Saúde e Lazer-(LEPEF-EdSaLa) - Link de acesso: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3131273318150860. E-mail: ozelupadovani@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3447-0732>.

discursos, quando se referem ao tema, além da falta de acolhimento em relação às ocorrências.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de Gênero. Formação Docente. Educação Física. Ufac.

ABSTRACT: The present article has the theme of gender violence in Brazilian universities, which has been gaining space in discussions and scientific publications. Having the Federal University of Acre and, more specifically, the Undergraduate Course in Physical Education as the context of production, the objective of this study is to provide greater visibility to the subject, analyzing the discursive contingent of documentary basis and experiences, which comprises the following unfoldings for gender violence - physical, psychological, sexual violence and any type of sociocultural discrimination. As a subsidy for the analyses, we chose the case study, because it is an emerging issue in contemporaneity. Thus, after contact with the accessed texts (Pedagogical Political Project for the Undergraduate Course in Physical Education and records/occurrences), we noticed a silencing concerning gender violence. This observation leads us to assume that, in the institution in question, there is the effectuation of the naturalization of heteronormative discourses of patriarchal society. This is due to the process of erasure of gender differences and sexualities in the Undergraduate Course in Physical Education, demonstrated in the absence of strangeness in the speeches, when they refer to violence, in addition to the lack of reception in relation to occurrences.

KEYWORDS: Gender Violence. Teacher Qualification. Physical Education. Ufac.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte da proposta discutida no Grupo de Pesquisa LIEG/UNESP⁴, dando visibilidade à violência de gênero presente nas universidades brasileiras. Diante das reflexões propiciadas pelo LIEG/UNESP e cientes da necessidade de promover desacomodações sobre o assunto, objetivamos analisar os compilados discursivos sobre violência de gênero na Universidade Federal do Acre (Ufac), com recorte no curso de formação inicial de professores e professoras⁵ em Educação Física.

Utilizando o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Física (LEF) e os registros de ocorrências solicitados junto à Ouvidoria da Universidade Federal do Acre (Ufac), nos interessa entender como essas práticas discursivas concretizam-se no curso de formação inicial de docentes, apoiados pelas experiências de professora formadora e egresso⁶ do curso. Justificamos a importância das experiências, baseados em Bondía (2011), pois

4 Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero /LIEG UNESP. Disponível em: <https://www.culturaegenero.com.br>

5 Estamos conscientes da necessidade de praticar a linguagem neutra em diversos ambientes, especialmente neste texto, porém, optamos por utilizar a linguagem inclusiva, mesmo deixando de contemplar o gênero não-binário, por conta de ainda nos sentirmos limitados quanto às especificidades normativas da Língua Portuguesa.

6 Professora formadora Adriane Corrêa da Silva, docente com dedicação exclusiva na Ufac e, especificamente, no Curso de Licenciatura em Educação Física da IES, e o egresso Anderson Pereira Evangelista que, atualmente, é professor de Educação Física da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE) e docente do Curso de Bacharelado em Educação Física da Universidade Paulista (UNIP).

esse aspecto apresenta impacto em todos(as) os(as) envolvidos(as) no processo interativo.

Ao optarmos pelo procedimento documental, no intuito de subsidiar as análises com ênfase no PPC e no levantamento de registros⁷, correspondente à temática da violência de gênero, fundamentamos o estudo como de caso, conforme Yin (2001). Tal tópico compreende os seguintes desdobramentos: violência física, psicológica, sexual e qualquer tipo de discriminação sociocultural – no/do curso de LEF da Ufac. O referido tema é emergente na contemporaneidade, dado que cada vez mais os(as) dissidentes da norma masculina e heterossexual povoam a universidade. Portanto, o estudo de caso permite lidar com questões abertas. Sendo assim, os(as) pesquisadores(as) têm pouco controle sobre o surgimento de eventos em circunstâncias práticas de interação no cotidiano.

Nesse sentido, o problema que mobiliza nossa investigação é: De que forma o currículo de formação inicial em educação física da Ufac pratica a violência de gênero? Partindo dessa indagação, sustentamos a hipótese de que o currículo de formação inicial em Educação Física pratica violência de gênero, quando deixa de contemplar a diversidade de corpos e sexualidades que ocupam os bancos da formação em EF e reforça o padrão masculino e heterossexual, por intermédio de uma formação discursiva que enaltece o “ser homem” e discrimina outras formas de existir.

Passamos a apresentar o contexto do curso de Licenciatura em Educação Física (LEF), situado na capital do Acre, Rio Branco, no campus sede da Universidade Federal do Acre, sendo criado e autorizado em novembro de 1990. A criação do curso de Educação Física incluiu as modalidades de bacharelado e licenciatura plena (UFAC/EF, 2005, p.5), com o último reconhecimento datado pela Portaria MEC/SERES nº 921, de 27-12-2018 (UFAC, 2022).

O curso de LEF está integrado ao Centro de Ciências da Saúde e do Desporto (CCSD), vinculado à área da saúde, atendendo a formação inicial de docentes, mas não no Centro de Educação Letras e Artes (CELA), como os demais cursos de formação inicial da instituição. Atualmente, o LEF comporta,

⁷ Processo nº 23546.013322/2022-71, encaminhado à - Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação da Universidade Federal do Acre (Acre) - no intuito de mapear as ocorrências sobre “Violências de gênero - Violências: física, psicológica, sexual e qualquer tipo de discriminação sociocultural”, presentes no curso de formação de professores(as) em Educação Física do CCSD/Ufac. A base teórica construída no estudo tem a preocupação “[...] em torno da explicitação e operacionalização do conceito de violência de gênero. Uma violência estreitamente associada à reprodução dos estereótipos e papéis de gênero e aos complexos e dinâmicos processos de construção das identidades, que não se confina às relações íntimas, heterossexuais e/ou homossexuais, mas que atravessa toda uma dimensão interpessoal, e institucional (família, escola, trabalho), intergêneros, intrafeminina e intramasculina” (LISBOA, PATRÍCIO, LEANDRO, 2009, p. 26). Desta forma, solicito todos os registros que tenham chegado via OUVIDORIA, PORTAL DO ALUNO, PORTAL DO PROFESSOR, COORDENAÇÕES E OUTROS MEIOS, quanto as questões[...] por meio de técnicos administrativos, professores(as), estudantes, comunidade interna e externa”.

aproximadamente, 27 docentes efetivos, além dos substitutos, e 162 estudantes, matriculados no primeiro semestre de 2020 (UFAC, 2020).

Sua estrutura curricular compreende 53 disciplinas, divididas em 8 períodos e em duas dimensões de conhecimento, a saber: Formação Ampliada e Formação Específica (UFAC, 2005). Além dessa configuração de ensino, compõem o currículo do curso de formação em Educação Física as ações de pesquisa, extensão, entre outras.

Diante das especificidades apontadas no PPC do curso LEF (UFAC, 2005), concernentes à dimensão do ensino, serão elencados os elementos relacionados ao contexto investigativo - cultura corporal, experiências e violência de gênero. Eles fazem parte de manifestações culturais, definidas por Even-Zohar (2018) como a reunião de conhecimentos dos sistemas culturais de indivíduos e grupos, essenciais para a organização social. Ancorados nessa perspectiva, pretendemos analisar também os registros discursivos sobre as práticas de violência de gênero.

A cultura corporal compreende a origem da ginástica e, em consequência, as expressões corporais da Educação Física no Brasil. Inicialmente, esse aspecto foi desenvolvido, em nosso trabalho, percorrendo a teoria crítica, pela abordagem crítico-superadora da Educação Física, na qual busca-se proporcionar uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo, produzidas pelo homem no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros (SOARES, 1994, SOARES *et al.*, 2012). Estes podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelos seres humanos, historicamente e culturalmente desenvolvidas.

Outros estudos e influências críticas passam a articular os elementos da cultura corporal, para além do marcador de classe social, demarcado na perspectiva superadora, como a perspectiva do currículo cultural, com um olhar voltado para a visibilidade das diferenças (NEIRA, 2019; NEIRA, NUNES, 2016), somado à perspectiva intercultural, a qual reconhece as diferenças (GRANDO *et al.*, 2018). Nesse ínterim, tornou-se imprescindível priorizarmos as relações implicadas nas diferenças e, por conseguinte, na violência de gênero, ao longo da história, visto que estão interligadas na atribuição da formação cultural de ser professor e professora em EF da Ufac.

Miskolci registra que “Na perspectiva da diferença, estamos todos(as) implicados(as) na criação desse Outro, e quanto mais nos relacionamos com ele, o reconhecemos como parte de nós mesmos, não apenas o toleramos, mas dialogamos com ele sabendo que essa relação nos transformará” (MISKOLCI, 2021, p. 16). A ideia de diferença imbrica-se na noção de que o outro não é tratado de forma estigmatizada, mas é apresentado positivamente na constituição das identidades, sendo sua emergência profícua no acontecimento de um

currículo cultural (NUNES, 2016), assim como, no reconhecimento de outras formas de existência, no sentido de buscar tensionamentos por meio da educação intercultural (GRANDO *et al.*, 2018).

Posto isto, se faz necessária a visibilidade e a problematização desse sujeito, por meio da cultura corporal e das experiências no curso de LEF da Ufac, no sentido de compreendermos a violência de gênero existente e, quiçá, reconstruir seu entendimento, de maneira que todos e todas estejamos engajados(as) em formas de (re)existir, mais humanizadas e igualitárias. Para tanto, mais adiante, retrataremos os sujeitos, ou seja, pessoas mais suscetíveis a sofrerem hostilização nas relações interpessoais, em razão da conotação patriarcal da nossa sociedade. Por isso, definiremos o conceito de gênero empregado em nosso trabalho para, após, tocarmos na questão da violência relacionada à população estigmatizada no contexto social tradicional.

Em suma, evidenciamos que as experiências, neste estudo, estão ligadas às muitas vivências, enquanto formadora e egresso do curso de LEF da Ufac, estabelecidas nas relações e inter-relações via ensino, pesquisa, extensão, entre outras ações. Sendo assim, o elemento das experiências concerne a um acontecimento exterior, perceptível em nós. “É em mim ou em minhas palavras, ou em minhas ideias, ou em minhas representações, ou em meus sentidos, ou em meus projetos, ou em minhas intenções, ou em meu saber, ou em meu poder, ou em minha vontade onde se dá a experiência” (BONDÍA, 2011, p. 4-5). Por meio das experiências em torno da cultura corporal, damos sentidos ao ser docente em Educação Física na Universidade Federal do Acre.

2 VIOLENTADOS(AS): A SINA DOS(AS) DISSIDENTES DA NORMA MASCULINA E HÉTERO-CIS

Cotidianamente, assistimos, nos noticiários nacionais e locais, os casos de violência contra mulheres, gays, transexuais, travestis e não-binários⁸. Ou seja, são agressões contra os corpos que não se enquadram no padrão masculino e heteronormativo, privilegiado socialmente. As adjetivações pejorativas, tais como “veado”, “sapatão”, “bicha”, “mulherzinha”, “traveco”, “prostituta”, escancaram o processo de estigmatização, rotulação e diminuição desses sujeitos, marcados pela diferença, e largados à própria sorte, em uma sociedade eminentemente patriarcal.

De acordo com Saffioti (2015), vivemos em um país extremamente machista, que oculta os mais absurdos crimes sexuais. A autora discute o tabu em torno da prática do incesto, quando meninos e meninas são violentados(as) pelo próprio pai, e o fato se mantém guardado, mediante ameaças por parte do abusador. O lugar que deveria representar um porto seguro para as crianças e

⁸ Enfatizamos que a linguagem neutra tem sido um exercício em aprimoramento, a qual pretendemos incorporar em futuras produções.

adolescentes, termina por transformar-se em fonte de crueldade no ambiente doméstico.

Em convergência à situação mencionada anteriormente, as mulheres também são vítimas de algozes que, via de regra, são identificados como seus companheiros. A noção de patriarcado, em voga socialmente, atravessa os imaginários coletivos ao longo dos séculos, dando suporte à dominação masculina ferrenha sobre o gênero feminino, gerando opressão. Historicamente, a sociedade convencionou padrões de comportamento relacionados ao gênero que espera da mulher atitudes dóceis e amorosas e, do homem, a mais exímia virilidade (SAFFIOTI, 2015).

A articulação da “superioridade” masculina, em detrimento da “fragilidade” feminina, repercute nas estruturas sociais, fortalecendo o binarismo, que admite desenhar, nos corpos sexuais, apenas a masculinidade e a feminilidade. Com isso, são negadas formas de ser e estar no mundo, as quais confrontam a tese biológica instaurada. Em contraponto à dicotomia implementada em nosso meio, nos perguntamos sobre os corpos que transitam entre os dois gêneros, constituindo outros, ou os que negam rótulos. Muito mais perigosa é a sociabilidade ancorada no machismo para esse grupo populacional (EVANGELISTA, GONÇALVES, 2020).

Conforme o relatório de mortes LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais e outras identidades de gênero ou orientação sexual) do ano de 2021, elaborado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), foram registradas 300 mortes violentas dessa população naquele ano, sendo que 51% das vítimas eram gays e 36,67% eram travestis e transexuais. A violência é mais frequente contra gays, travestis e transexuais “por se tratar *de outros homens*, aqueles em relação (e oposição) aos quais se constitui a forma de masculinidade hegemônica em nossa sociedade” (MISKOLCI, 2014, p. 82, grifos do original). Destarte, os crimes que dizimam esses corpos transgressores da norma são motivados pelo ódio que se constrói, a partir do medo, em relação ao diferente.

Da associação teórica entre Miskolci (2021), Grando (2018) e Nunes (2016), compreendemos que a criação do outro está inclusa no conceito de diferença, justamente pelo viés intercultural suscitado. Por isso, a abordagem deste trabalho converge para a mudança de posturas depreciadoras do outro, rechaçando o caráter uniformizador amplamente correlacionado à cultura patriarcal.

Portanto, o diferente, desestabilizador dos padrões, causa “o desconforto na medida em que surpreende os olhares para um corpo que não segue as regras de vestimenta e traços pelo pertencimento a um determinado sexo, quebrando o estereótipo” (BELELI, 2014, p. 59). A ruptura da tradição⁹, referente

⁹ O termo “tradição”, em nosso trabalho, faz referência ao sentido de transmitir “conhecimentos, doutrinas ou costumes de geração em geração” (DICIO, 2008, p.1245), mantendo os discursos de dominação masculina, historicamente atribuídos.

aos gêneros, é produtora das violências - simbólica, psicológica e física - sofrida pelos que ousam questionar o que está posto.

A definição do “ser homem”, pela sociedade patriarcal, nas práticas cotidianas, torna suscetíveis à violência de gênero as mulheres e, de forma mais intensa, os integrantes gays, travestis e transexuais da comunidade LGBT+. Segundo Saffioti (2015), entende-se por violência a violação da integridade física, psicológica, sexual ou moral da vítima. Corroborando com essa assertiva, Busin destaca, em seu estudo, a tipologia das violências. De acordo com a autora:

Há violências de todos os tipos: condenadas ou rejeitadas, toleradas ou incentivadas. Há violências explícitas e outras, invisíveis. Há violências que deixam marcas mais físicas, e outras deixam marcas mais emocionais. Sejam quais forem, as marcas deixadas em quem sobre violência, especialmente aquelas vividas com maior carga de sofrimento, são quase sempre indelévels (BUSIN, 2015, p. 77).

No que concerne às formas de manifestação das violências, essas podem ser física e/ou simbólica. Ou seja, podem incluir ou não violações físicas variadas. A primeira, fere diretamente a integridade física da vítima. A segunda, está abrangida nas ações de coerção, em favor da dominação de um indivíduo em relação ao outro. A violência simbólica trata-se daquilo que subjaz em meio às relações interpessoais e afetivas, não sendo materializada. No entanto, provoca consequências negativas, em níveis psíquicos, para vida de quem sofre (BUSIN, 2015).

Assim como a autora, que trabalhou com o conceito de violência simbólica, também adotamos esse entendimento para realizar nossa análise. Uma vez que a violência simbólica se modula nas relações de poder, balizamos que o domínio exercido pelo patriarcado, na sociedade, alcança sobremaneira os currículos e as práticas que deles se originam de forma passiva e ativa ((EVEN-ZOHAR, 2018). Quanto ao conceito de gênero, Beleli afirma que

[...] é uma marca de diferenciação social que incide em quaisquer relações – afetivas, de trabalho, na rua, no lazer – de forma que não pode ser ignorada [...], essa marca de diferença acaba por (des)valorizar seres humanos a partir de comportamentos, gostos, impingindo aos sujeitos formas de ser homem e de ser mulher (BELELI, 2014, p. 46).

Logo, o gênero constitui-se em um ponto de tensão, dado o questionamento da norma que elabora apenas os gêneros feminino e masculino, sendo este último o dominante do primeiro e de outras formas de ser.

Dessa maneira, chegamos ao conceito de violência de gênero, que é entendido “como um ato social derivado da hierarquização naturalizada¹⁰ das relações de gênero e de sexo, reforçando a supervalorização de atributos socialmente considerados masculinos em detrimento das características atribuídas ao feminino” (BUSIN, 2015, p. 81). Nas aulas de educação física por exemplo, quando os meninos tomam de forma mais ampla os espaços da quadra para prática esportiva, enquanto as meninas são reprimidas, evidencia-se a violência simbólica que termina por inferiorizar a presença do corpo feminino (ALTMANN, 2015).

Na especificidade deste estudo, iremos investigar a informação das ausências quanto à violência de gênero. O aspecto biologizante que impera nos diversos currículos, negando a constituição do gênero, em perspectiva histórica e social, é uma realidade. Temas como o gênero e a sexualidade são emergentes na escola e estão sendo cada vez mais discutidos e problematizados em seminários e pesquisas. Mas como os(as) educadores(as) veem-se diante de inúmeras situações nas quais as pautas são as diferenças de gênero? E como os cursos de formação de docentes preparam os(as) estudantes em formação para lidar com essa realidade? Discute-se gênero no currículo de Educação Física? Vamos à investigação.

3 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE E NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: ASPECTOS DA REALIDADE ESTUDADA

Em decorrência de sua autonomia administrativa, financeira e pedagógica, a instituição universitária, em sua complexidade, pratica processos de ensino, pesquisa e extensão que fazem interlocução com diversas áreas de conhecimento. Historicamente povoada por pessoas do gênero masculino (ALMEIDA, ZANELLO, 2022), a universidade, assim como a sociedade mais ampla, reflete em suas relações um certo silenciamento e invisibilidade de grupos que são subalternizados e que travaram verdadeiras lutas para ocupar esse espaço que é potencialmente produtor e reproduzidor de violências.

Neste lugar, apresenta-se a violência de gênero praticada por acadêmicos/acadêmicas, professores/professoras e funcionários/funcionárias, também sendo incentivada nos currículos. Os estudos sobre a temática no contexto universitário apontam que essa problemática ocorre em âmbito global (LIMA, CEIA, 2022; TASSINARI *et al.*, 2022; GALLARDO-NIETO *et al.*, 2021; ORDÓÑEZ-VARGAS, SALA, 2022). A violência que se apresenta de forma simbólica e física, nas dependências dos diversos campus universitários, afeta principalmente mulheres e LGBT⁺. De acordo com Ordóñez-Vargas e Sala (2022), o conceito de

¹⁰ O verbo “naturalizar” é utilizado, nesta pesquisa, em convergência a um dos sentidos possíveis do adjetivo “natural”: “Que segue a ordem regular das coisas” (DICIO, 2008, p. 896). Sendo assim, na abordagem referente ao gênero, em suas interações, o vocábulo atrela-se à noção de tornar corriqueira, sem estranhamento, a violência de gênero, sem problematizar a “institucionalização” dos discursos hegemônicos heteronormativos, como se não acontecesse a opressão.

violência de gênero, antes, estava atrelado apenas à violência contra as mulheres. No entanto, com o passar do tempo, incluiu-se, como pessoas violentadas, toda a população LGBTQIAP+, tendo por base o gênero e a orientação sexual.

Em um estudo realizado por Lima e Ceia (2022), no qual as autoras analisam dados de 6 países, incluindo o Brasil, destaca-se a prevalência da violência contra a mulher nas universidades dos diferentes países, sendo estes desenvolvidos, ou em desenvolvimento. As pesquisadoras dão evidência para o baixo número de denúncias e a falta de uma sistematização sobre o tema nos bancos de dados das instituições. Em comprovação à essa informação, apresentamos a consulta efetivada via processo (anteriormente citado)¹¹ sobre violência de gênero, referente ao curso de LEF na Ufac, tendo o resultado que segue:

Em atenção à solicitação retro, esta Comissão realizou pesquisa em seus arquivos e não localizou Processos Disciplinares com denúncias sobre as questões de violência de gênero, violências - física, psicológica, sexual ou qualquer tipo de discriminação sociocultural, referente ao Curso de Educação Física (OUVIDORIA DA UFAC, 2022).

A falta de preocupação com o “diferente” nos ajuda, de certo modo, a compreender o *modus operandi* de silenciamento em torno de um assunto tão sério e que deve ser encarado urgentemente, tanto pela comunidade acadêmica, quanto pela gestão. Em nossa busca por documentos pertencentes à Ufac, nessa linha de informação e acolhida quanto à violência de gênero, encontramos a “Cartilha de enfrentamento aos assédios moral e sexual”, datada de 2019, contida no site da Instituição¹².

Entretanto, o material não se apresenta de fácil acesso ao público, tampouco atende as necessidades em questão. Seu texto compõe formalidades técnicas, sem abordar a problemática de saúde e educação intrínsecas ao assunto, em um Estado que vem apresentando índices alarmantes de feminicídios¹³, acima da média nacional. Ademais, não há divulgação de contatos, como e-mail, telefone, endereço etc., nas páginas as quais elencam os locais indicados para denúncia, fato que interpretamos como descuido ou descompromisso com a finalidade a que se destina a cartilha.

Apesar disso, estão acontecendo iniciativas em expansão, na direção de divulgar o tema e acolher os casos de violência de gênero, no ambiente universitário, em outras regiões do Brasil. A exemplo, tem-se os projetos¹⁴

¹¹ Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação da Universidade Federal do Acre (Acre).

¹² Cartilha de enfrentamento aos assédios moral e sexual. Disponível em: <https://www.ufac.br/ufac/prodgep/cartilhaassedioidigital.pdf/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

¹³ Dados apresentados em Audiência Pública no Acre - Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (08/06/2022). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gibQlbFPq18>. Acesso em: 09 jun. 2022.

¹⁴ No artigo, o autor divulga as ações promovidas pelas universidades citadas, com relação ao tema da violência de gênero.

desenvolvidos nas faculdades - USP, Unicamp, Unesp, UnB, Ufabc e Ufrgs - que instituíram políticas de combate à violência e ao assédio sexual, em respectivos departamentos, incluindo serviços voltados às comunidades nas quais se inserem (ANDRADE, 2022).

No tocante à violência que atinge os/as LGBTQ+ dentro da universidade, o estudo de Gallardo-Nieto *et al* (2021) que situa a realidade de universidades catalãs (Espanha), demonstra as múltiplas formas de violência, produzidas nos ambientes da sala de aula e em outros espaços, contra corpos e sexualidades dissidentes do gênero masculino. Os autores analisam práticas discursivas de intolerância e discriminação do diferente que, novamente, são silenciadas e naturalizadas em meio às relações interpessoais que ocorrem, segundo o padrão socialmente imposto.

Revalidando a pesquisa espanhola, será exposto, aqui, o relato de experiência, a respeito de um caso, entre tantos observados no campus, de homofobia sofrido pelo, hoje, egresso do curso de LEF da Ufac, que também assina este texto:

No ano de 2017, enquanto ocupava a presidência do Centro Acadêmico do curso de LEF, e participava das reuniões colegiadas do curso de Licenciatura em Educação Física da Ufac, na condição de discente, fui vítima de homofobia por parte de uma docente. Ela comentou, em reunião, que eu demonstrava 'trejeitos' e fazia 'caras e bocas' durante os encontros. A fala homofóbica da professora resultou na leitura de uma nota de repúdio na reunião seguinte. No entanto, ao invés de pronunciar alguma retratação, ela apenas proferiu alegações de defesa, pormenorizando o ocorrido, para ocupar o lugar de vítima, quando era, nitidamente, a voz que verbalizou preconceito (Anderson Pereira Evangelista).

Infelizmente, a violência de gênero não se encerra por aí. Ao voltarmos nosso olhar à concepção de currículo, a partir de Silva (2017), como lugar, espaço ou território de relações de poder, por meio do qual forjam-se identidades, percebemos que é ali onde o discurso se inscreve, enaltecendo determinados corpos e subjetividades, em desvantagem de outros.

No caso particular da Educação Física, esse “é um espaço marcado por questões de gênero, que se fazem presentes desde a educação básica até o ensino superior” (ARAÚJO, SILVA, 2019, p. 37). Durante a graduação, preconceitos e incompreensões permanecem nos imaginários de docentes em formação via currículo, o que tende a repercutir na prática pedagógica do futuro docente.

Diante dos termos de busca, relacionados ao gênero, à sexualidade e às violências no currículo do curso de LEF da Ufac, destacamos que o número de ocorrência é insignificante, indicando que o currículo imprime desvalorização aos conhecimentos culturais, quando se relaciona a outras formas de existência social, conforme segue:

Tabela 1 - Número de ocorrências dos termos de busca no Estudo de Base Documental¹⁵

TERMOS DE BUSCA	PPC
“cultura corporal”	3
“cultura corporal do movimento”	10
“práticas da cultura corporal”	1
“experiência”	11
“vivência”	2
“gênero”	1
“violência de gênero”	0
“diversidade sexual”	0
“sexualidade”	0
“diversidade”	0
“diferente”	3
“diferença”	1

Fonte: Elaborado pelo(as) autor(as) (2022).

4 POR ORA...

Em síntese, consideramos que o curso de LEF da Ufac, enquanto formador de profissionais para a Educação Física, que irão atuar na escola, apresenta dois pontos importantes para colocarmos em relevo. O primeiro, refere-se ao processo de legitimação de um padrão masculino e heteronormativo, o qual negligencia a presença daquele (a) que difere da norma. O segundo, concerne à forma como a problemática da violência de gênero tende a repousar sob uma aparente normalidade, não causando estranhamento, visto que o *modus operandi* é o silenciamento.

Ao apontarmos os dados expressos na Tabela 1, quanto ao baixo registro de termos encontrado no PPC do curso de LEF, relacionados ao gênero, à diferença e à cultura corporal, sobressaem, os termos “experiência(s)” e “vivência(s)” com 14 registros, com isso refletimos que estes não estão conectados com os marcadores socioculturais de indivíduos e grupos na produção da vida. Tal constatação nos leva à afirmação de que esses elementos precisam ser ampliados, de forma a contemplar as novas formas de existir e, conseqüentemente, na formação de docentes em EF.

As relações estabelecidas entre os termos de busca no PPC manifestam um discurso de (re)afirmação da visão biologicista na constituição do perfil

¹⁵ Nos termos de busca consideramos as expressões no singular e no plural.

profissional desejado. O desenho curricular proposto para formar professores e professoras de EF na Ufac apresenta-se de forma alheia à questão da violência de gênero. Desse modo, inferimos a existência de um atraso na reformulação do PPC do curso, ademais, as discussões emergentes, relacionadas aos marcadores socioculturais, não se materializam nesse documento.

Por fim, além da mencionada ausência de bases interculturais no currículo do curso de LEF da Ufac, outro ponto de atenção é que a Universidade Federal do Acre está em descompasso quanto à visibilização dos casos de violência de gênero, haja vista a comparação com as ações de incentivo e acolhimento das denúncias em andamento em outras instituições. Ademais, as referidas averiguações nos levam a acreditar na naturalização do processo de silenciamento do outro. Portanto, reforçamos a possibilidade da perspectiva de currículo cultural, por ser receptiva à espontaneidade e carregada de esperança, na efetivação da pluralidade na formação inicial.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, Tânia Mara de Campos. ZANELLO, Valeska. Visão sobre a violência contra as mulheres nas universidades: uma introdução à problemática no Brasil e na América Latina. In: ALMEIDA, Tânia Mara de Campos. ZANELLO, Valeska (Org.). **Panoramas das violências contra as mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022
- ALTMANN, Helena. **Educação física escolar: relações de gênero em jogo**. Cortez Editora, 2015.
- ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Antídotos contra o assédio. **Revista Pesquisa Fapesp**, ed.312, fev/2022. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/antidotos-contr-o-assedio/>. Acesso em: 17 abr. 2022.
- ARAÚJO, Gabriela Gomes; SILVA, Andréa Costa da. Gênero e sexualidade na licenciatura em Educação Física (EEFD/UFRJ): reflexões a partir do projeto político pedagógico. **Temas em Educação Física Escolar**, v. 4, n. 2, p. 36-59, 2019. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/temasemedfisaescolar/article/view/2244/1537>. Acesso em: 25 de Mar. 2022
- BELELI, Iara. Gênero. In: MISKOLCI, Richard (Org.). **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Experiência e alteridade em Educação. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul/RS, Brasil, v. 19, n. 2, p. 04-27, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rea.v19i2.2444>. Acesso em: 3 ago. 2020.
- BUSIN, Valéria Melki. **Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- DICIO. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Academia Brasileira de Letras. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

- EVEN-ZOHAR, Itamar. A formação dos repertórios culturais e a atuação da transferência. Tradução por Juliana Steil. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 60-64, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/25637>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- EVANGELISTA, Anderson Pereira. GONÇALVES, Rafael Marques. Gênero e diversidade sexual na base nacional comum curricular: descritores ausentes que tornam abjetos os corpos transgressores da norma. **Revista Exitus**, v. 10, p. 01-26, 2020.
- GALLARDO-NIETO, Elena María et al. Sexual orientation, gender identity and gender expression-based violence in Catalan universities: qualitative findings from university students and staff. **Archives of public health**, v. 79, n. 1, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s13690-021-00532-4>. Acesso em: 20 de Mar. 2022.
- GRANDO, Beleni Saléte; PINHO, Vilma Aparecida de; RODRIGUES, Eglén Silvia Pipi. **Metodologia Intercultural na Formação-Ação para Educação Infantil: a Cultura Bororo e as Relações Étnico-Raciais**. Laplage em Revista (Sorocaba), vol.4, n.Especial, set.- dez. 2018, p.86-101. Disponível em: <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/414>. Acesso em: 04 jun. 2022.
- GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Relatório Anual de mortes de LGBTI+ no Brasil - 2021** Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>. Acesso em: 25 de Mar. 2022.
- LIMA, Melina Moreira Campos. CEIA, Eleonora Mesquita. VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES: um panorama internacional do problema. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. ZANELLO, Valeska. (Orgs.). **Panoramas das violências contra as mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022.
- MISKOLCI, Richard. Sexualidade e orientação sexual. In: MISKOLCI, Richard (Org.). **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- NEIRA, Marcos Garcia. A abordagem das diferenças no currículo cultural da educação física. **Humanidades e Inovação**, Palmas, TO, v. 7, n. 10, p. 39-56, 2019. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5159221005050962>. ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-1054-8224>. Acesso em: 8 ago. 2020.
- NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Luiz Ferrari Nunes. **Educação Física cultural: por uma pedagogia da(s) diferença(s)**. Curitiba: CRV, 2016.
- ORDOÑEZ-VARGAS, Laura. SALA, Viviana Valeria Vallana. ENTRE LA NEGLIGENCIA Y EL HARTAZGO: una mirada panorámica a la discriminación y la violencia de género y sexual en las instituciones de educación superior en Colombia. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. ZANELLO, Valeska. (Orgs.). **Panoramas das violências contra as mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022.
- SAFFIOTI, Heleieth IB. **Gênero, violência e patriarcado**. 2a Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SOARES, Carmem Lúcia *et al.* **Metodologia do ensino de educação física**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

TASSINARI, Taís Tasqueto et al. Violência de gênero em mulheres estudantes universitárias: evidências sobre a prevalência e sobre os fatores associados. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 25, n. 1, p. 105-120, 2022. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/acp/v25n1/0123-9155-acp-25-01-105.pdf>. Acesso em: 21 de Mar. 2022.

UFAC. Universidade Federal do Acre. Pró-Reitoria de Graduação. Colegiado do Curso de Educação Física. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação Plena (Licenciatura) em Educação Física**. Rio Branco/AC, out. 2005.

UFAC. Universidade Federal do Acre. Pró-Reitoria de Graduação. **Ementário Ufac: Licenciatura em Educação Física**. Rio Branco/AC. 2022. Disponível em: <https://portal.ufac.br/ementario/curso.action?v=198>. Acesso em: 01 mar. 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e método. Tradução: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.